

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA
tomo XXIX



COIMBRA 1994
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

MARTE E VÊNUS. NOTAS PARA O ESTUDO DA MENTALIDADE DO SOLDADO PORTUGUÊS NA FLANDRES (1917-1918)

“Censurávamos as cartas aos soldados, interessantes por contarem as suas viagens e as suas impressões: as mulheres ou eram *mademoaséis* ou *madames* , e não havia vinho; bebia-se uma coisa, chamada parecida com acerveja de Portugal, etc., etc.; aqui as mulheres não faziam má cara; era pena não as entenderem, pois nenhum havia que se não gabasse de ter já, pelo menos, uma *mademoásel* !”

Joaquim Ribeiro *

Considerações Metodológicas

Existe um tipo de documentação que, tanto quanto sei, não tem sido devidamente aproveitado como fonte histórica. Refiro-me à correspondência enviada pelos militares portugueses que lutaram na França, durante a I Grande Guerra Mundial. Cartas e postais dirigidos a familiares, a amigos, a conhecidos, a madrinhas de guerra, a redactores e editores de jornais, foram publicados com alguma frequência em quase todos os periódicos de âmbito local,

**Naguerra. Depoimento de um voluntário*, Lisboa, Portugal - Brasil Limitada, 1919, pp. 39-40.

regional e nacional. Só as cartas mais confidenciais, enviadas às esposas e às namoradas, escapavam a essa divulgação. Rubricas especiais serviam de espaço próprio para a difusão dessas mensagens: “Do «front»”, “Cartas do «Front»”, “Noticias do Front”, “Cartas de França”, “Das trincheiras”, “Dos campos de batalha”, são algumas sugestivas designações colhidas em meia dúzia de folhas noticiosas consultadas.

De acordo com critérios jornalísticos (?) que variavam de forma acentuada de caso para caso, foram dadas a conhecer missivas na sua versão integral (depois de efectuado o trabalho da censura, bem entendido), parcial, sob a forma de resumo, ou de teor misto. É óbvio que as primeiras, em especial quando não apresentam grandes cortes, são por norma muito mais interessantes.

Assinalava um autor francês (*) a “incoercível grafomanía dos alemães”, responsável pelo grande desenvolvimento da literatura de guerra na Alemanha, e condenava o facto de as famílias cederem a essa “mania” (própria deste país, no entender do citado autor) de “tudo tornarem público” (2).

Claro está que para os franceses, que têm ao seu dispor, conservadas em instituições públicas (nos Invalides e nos Archives nationales), colecções de cartas escritas durante a I Guerra Mundial, se torna dispensável o recurso a material eventualmente publicitado em folhas jornalísticas. Além de mais, as Comissões de Controle Postal aproveitaram a correspondência censurada para a elaboração de relatórios destinados às altas hierarquias militares (3). Por outro

(*) Albert Pingaud, *La guerre vue parles combattants allemands*, Paris, Perrin etC.ª, 2.ª edição, 1918, p. 3.

(2) *Idem, ibidem*, p. 45.

(3) A metodologia a utilizar na análise deste tipo de documentação foi exposta por Jean-Noël Jeanneney em “Les archives des Commissions de Contrôle postale aux Armées (1916-1918). Une source précieuse pour l’histoire contemporaine de l’opinion et des mentalités”, *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, t. XV, Janeiro-Março de 1968, pp. 209-233.

lado ainda, a historiografia francesa pode contar igualmente com a chamada “imprensa da frente de guerra”, já utilizada em trabalhos importantes, como sejam os de Stéphane Audoin-Rouzeau (4).

Já no caso de Portugal, em que não existe nenhuma dessas coisas, a informação extraída dos jornais é preciosa, porque é eventualmente a única fonte sistemática disponível, embora haja a probabilidade de terem sobrevivido algumas colecções particulares.

Estamos perante uma fonte de informação muito peculiar, bastante exigente em termos hermenêuticos, mas também muito rica e diversificada. Trata-se, com efeito, de documentos humanos de primeira ordem, que dão suficientes garantias de sinceridade, já que muitas dessas cartas, cheias de detalhes pessoais e materiais de toda a espécie, foram escritas à pressa, “ao vivo”, nos acampamentos ou mesmo nas trincheiras, quantas vezes nos intervalos da refrega. Estas cartas aparecem assim em estado quase puro, na “sua simplicidade tocante”, despojadas de “atavios literários que pudessem mascarar a verdadeira significação dos factos”, conforme escrevia o redactor de um jornal de Coimbra (5).

Por outro lado, também pode acontecer que o excesso de espontaneidade destas fontes “directas” ou “imediatas” tenha comprometido, de forma involuntária e não intencional, a “verdade” dos acontecimentos relatados (6). Com efeito, a “objectividade” não exclui a expressão de pontos de vista pessoais eventualmente erróneos, ou marcados por preconceitos de vária ordem. Por outro

(4) *Á travers leurs journaux: 14-18. Les combattants des tranchées*, Paris, Armand Colin, 1986, e “Les soldats français et la nation de 1914 à 1918 d’après les journaux de tranchées”, *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, t. XXXIV, Janeiro-Março de 1987, pp. 66-86.

(5) *A Resistência*, n.º 129, 19 de Junho de 1917, p. 3.

(6) Acerca desta questão veja-se A. Pingaud, *obra citada*, pp. 2-3 e 44-45; e Stéphane Audoin-Rouzeau, “L’enfer, c’est la boue!”, in *14-18: Mourir pour la Patrie*, Paris, Éditions du Seuil, 1992, pp. 137-151 (em especial pp. 137-138).

lado, há sempre a tendência para omitir os aspectos mais negativos da guerra, a fim de tranquilizar os familiares ou em obediência às directrizes dos serviços de censura (7).

Está, pois, fora de dúvida que uma correcta metodologia exigirá sempre o confronto entre o tipo de material usado neste artigo e os testemunhos mais reflectidos, como sejam memórias de guerra, jornais e outros relatos publicados durante o conflito e após o seu termo.

Escritas sem a preocupação imediata do efeito a produzir, e não estando sujeitas à deformação da memória, as cartas dos combatentes permitem reconstituir o estado de espírito dos exércitos nas diferentes conjunturas da guerra e fornecem uma variada gama de indicações, não só sobre os pormenores da actividade bélica, mas também sobre a mentalidade dos homens, o quotidiano, a sociedade e a economia de regiões e de países que os soldados desconheciam (8).

Estas missivas, que nem sempre eram muito correctas quanto à forma e à ortografia (um conterrâneo meu pedia “desculpa a todos por as faltas de redacção” da sua carta, pois que mais não lhe permitia a sua “educação”) (9), tinham a grande vantagem de conservarem intactos todo o colorido e pitoresco do seu conteúdo.

É esse material de primeira qualidade que servirá de base ao presente artigo, embora, por vezes, se faça uso de outra documentação sobre a matéria, mas sempre de forma subsidiária. Trata-se de um conjunto de 195 cartas ou fragmentos de cartas que permitem ter sobre a permanência das tropas portuguesas em França uma percepção bastante mais ampla e, porventura, mais

(7) A propósito deste assunto, e especialmente sobre a “sinceridade” das narrativas epistolares dos soldados, ver Jean-Noël Jeanneney, *artigo citado*, pp. 210 e 216-218.

(8) Preparo sobre estes temas um outro artigo, com o título de “Fontes para o estudo da participação portuguesa na I Grande Guerra Mundial”.

(9) *Ecos de Cantanhede*, n.º 182, 21 de Outubro de 1917, p. 2. Ainda conheci pessoalmente o autor desta carta, pois faleceu em 1975, tendo nascido por volta de 1893. Fora l.º cabo do regimento de Artilharia 2 (Figueira da Foz).

correcta.

Pode, assim, ser ultrapassada uma visão algo elitista, transmitida pelas memórias de guerra, quase todas escritas por oficiais, da mesma forma que pode ser analisada a mentalidade de estratos da população que ordinariamente poucos traços escritos deixaram de si próprios. De facto, a fonte utilizada permite cobrir quase todos os níveis da hierarquia militar: 41 (21 %) das cartas foram escritas por oficiais (maioritariamente alferes e capitães), 56 (28,7 %) por sargentos (em especial por segundos sargentos) e 69 (35,4%) por cabos e soldados. O remanescente (29 missivas) foi enviado por indivíduos cujo posto não foi possível, de momento, determinar, embora algumas, pelo respectivo contexto, pertençam certamente a oficiais.

O objectivo fundamental deste artigo é a identificação de algumas atitudes e comportamentos dos militares portugueses deslocados para uma frente de batalha situada a cerca de dois mil quilómetros das suas terras. Por razões de espaço, considerar-se-ão unicamente as reacções face ao país de destino, às populações civis e aos restantes combatentes, quer aliados quer inimigos.

A França

Entre outras coisas, a correspondência dos militares portugueses permite seguir o processo de composição e de decomposição da imagem do país de acolhimento.

A esmagadora maioria das cartas transmite uma ideia ao mesmo tempo idealizada e cada vez mais nítida da França e dos seus habitantes. Antes de mais, os franceses destacam-se pela sua constante “hospitalidade”, pela sua extrema “simpatia” e “carinho”, pela calorosa “afabilidade”, “gentileza” e “dedicação”, que os portugueses testemunham desde a sua chegada a Brest. Qualidades que, afinal, traduzem o seu “contentamento” e “alegria”, o seu “reconhecimento” e “gratidão” pelo nobre esforço de um pequeno

povo, quase desconhecido. Era como se dessem (os franceses) a “impressão de oprimidos e sacrificados” à espera de quem os libertasse “da maior injustiça e da maior tirania que neste mundo se tem praticado” (10).

Eis o “admirável” povo francês. Admirável pelo elevado grau de “patriotismo”, pela “coragem”, pelo indefectível “orgulho” nos seus combatentes, pela inabalável “convicção” na vitória sobre o inimigo. Patriotismo, em particular o das mulheres, que, de resto, deveria servir de exemplo aos próprios portugueses que haviam ficado na retaguarda, como salientava um soldado de Taveiro, concelho de Coimbra (11).

Se os franceses são vistos como “os nossos grandes amigos aliados”, a sua pátria surge envolta numa densa aura. A França era para os militares portugueses, independentemente do seu posto, uma permanente referência cultural, cívica e ideológica. Vejamos alguns exemplos.

Um 2.º sargento de infantaria, filho do chefe da estação de Montemor-o-Velho (linha da Beira Alta), tinha a oportunidade de comparar a imagem mítica, porventura bebida nos livros de História, com a realidade, nos seguintes termos: “Encontro-me, ha já um mez, nesta bendita terra que teoricamente amava e que agora praticamente adoro” (12). Para um oficial da mesma arma, em carta endereçada para Coimbra, a França era um “país de maravilhas e de encantos”, cuja aproximação já se pressentia em território basco, nas imediações de San Sebastián(13). Por sua vez, alguém, soldado de artilharia e homem do campo, lhe chamou, de forma um pouco vaga, “linda França” e “terra de herois” (14). Mais explícito, um ex-

(10) *Gazeta de Cantanhede*, n.º 4, 28 de Julho de 1917, p. 3. Ver também *A Voz da Justiça*, n.º 1497, 6 de Abril de 1917, p. 1.

(11) *Resistenda*, n.º 106, 22 de Março de 1917, p.2.

(12) *Ecos de Cantanhede*, n.º 163, 10 de Junho de 1917, p.2.

(13) *Resistenda*, n.º 143, 11 de Agosto de 1917, p. 2.

(14) *Gazeta de Cantanhede*, n.º 4, 28 de Julho de 1917, p.3.

-caixeiro de Coimbra, em carta escrita ao antigo patrão, informava já se encontrar na “grande Patria de Napoleão e de Joanne [sic] d’Arc” (15), enquanto numa outra ocasião, correspondendo-se com o editor de um outro jornal daquela cidade, falava da “grande patria de Victor Hugo” (16).

Nação de heróis, para uns, “deliciosa mãe espiritual”, geradora dos grandes princípios filosóficos e políticos contemporâneos, para outros, a França feria a imaginação de alguns pelo seu passado glorioso, a começar pelos deslumbramentos da “maravilhosa” corte de Versalhes, na época “sumptuosa e galante” do Rei-Sol (17). Mas a França era, acima de tudo, um “paiz grande e em tudo digno de admiração”, segundo o modo de dizer de um 1.º sargento de Artilharia 2 (18), o mesmo que em carta anterior, a considerara como expoente máximo da “civilização” (19).

Pode perguntar-se: o que era a “civilização” para estes homens, de repente transportados para uma sociedade radicalmente diferente da sua? A “civilização” traduzia-se, antes de mais, numa série de vantagens de natureza material, a começar pelos irrepreensíveis “costumes de aceio e de conforto” e a acabar nos salutares hábitos de sociabilidade, isto é, “a maneira como vivem e se entendem sem a mais pequena alteração d’ordem” (20).

Não ficava por aqui a superioridade civilizacional da nação francesa. Ela advinha de outras fontes, segundo o 2.º sargento Sebastião de Sá Pereira do Lago, de 32 anos de idade, já citado na nota 12: da meticulosa utilização de todos os recursos económicos, nomeadamente os agrícolas, assunto que será desenvolvido mais à frente; do elevado grau de alfabetização (“não encontrei ainda aqui

(15) *Resistencia*, n.º 139, 28 de Julho de 1917, p. 2.

(16) *Gazeta de Coimbra*, n.º 630, 18 de Agosto de 1917, p. 1.

(17) *A Comarca de Arganil*, n.º 842, 24 de Maio de 1917, p. 1.

(18) *A Voz da Justiça*, n.º 1519, 22 de Junho de 1917, p. 1.

(19) *idem*, n.º 1487, 2 de Março de 1917, p.1.

(20) *idem, ibidem*.

uma pessoa que não soubesse ler e escrever corretamente”); da ausência de pobreza (“ninguém vi já descalço; um pobre pedindo, ninguém encontrou”); do forte espírito cívico (“Os cidadãos são de uma gentileza extrema e as mulheres extremamente educadas”); do respeito pela natureza (“estando por aqui os bosques cheios de ninhos, ninguém os destroe”). Belos atributos de um povo - “A natureza, a educação, a comunicabilidade” - que deveriam, no seu entender, servir de exemplo de alto valor pedagógico para os soldados de Portugal (21).

A qualidade de vida da população francesa causava um grande espanto. Os interiores das casas dos lavradores eram “verdadeiros templos de aceio e conforto”, segundo as palavras do 2.º sargento de Artilharia Manuel Pereira da Costa (22). Com efeito, se o exterior é “quasi igual” ao das casas portuguesas, afirma o mesmo indivíduo, “entrando-se, porém, nelas admira-se como homens do campo possam apresentar semelhante conforto”, com todas as janelas decoradas com cortinas brancas e as lareiras guarnecidas com o “fogão quasi luxuoso”.

Outra coisa que muito sensibilizava os portugueses era o estado da economia da França, “incontestavelmente um paiz de grandes recursos”, no dizer de um militar do interior do distrito de Coimbra (23). Como era possível que os campos estivessem tão bem tratados numa região tão próxima da frente de combate? Várias cartas se referem ao facto de não haver terrenos desaproveitados (“não ha um palmo de terra por cultivar”), bem como à circunstância de a falta de braços dos homens adultos entre os 20 e os 47 anos, mobilizados para a guerra, ter sido colmatada pelo trabalho de velhos, mulheres e crianças, que labutavam incessantemente e sem

(21) *Ecos de Cantanhede*, n.º 166, 1 de Julho de 1917, p. 2.

(22) *A Voz da Justiça*, n.º 1487, 2 de Março de 1917, p.l. Ver também o n.º 1519, de 22 de Junho de 1917, p.l.

(23) *A Comarca de Arganil*, n.º 852, 2 de Agosto de 1917, p. 1.

esmorecimento, “quase debaixo do fogo dos inimigos”. Não muito longe das trincheiras subsistiam alguns espaços verdes, onde cresciam espontaneamente hortaliças no meio das ervas comuns. Foram os restos das couves da “Horta Selvagem” que, mesmo depois de sujeitas a um intenso bombardeamento alemão, serviram para confeccionar uma magnífica bacalhoadá à portuguesa de que fala Jaime Cortesão (24).

Nos primeiros dias de Junho, os campos apresentavam-se muito verdejantes, sem dúvida “muito superiores a esses de ahi”, afirmava um soldado de Unhais-o-Velho, concelho de Pampilhosa da Serra, que desabafava nestes termos: “Até tenho pena de não ser este o meu paiz”(25). Mais ou menos na mesma época do ano, outro soldado, oriundo de Buarcos, maravilhava-se com a França, nessa altura “lindíssima”, “um perfeito jardim com as arvores cheias de fruto”, com uma grande abundância (de trigo, batata, feijão, beterraba, fruta, alfaces, couves), difícil de imaginar no momento da chegada, em plena e rigorosa quadra de Inverno (26). Era igualmente a “fartura” de batata e da “bela ervilha”, a sequência de campos e campos “cheios, bonitos”, com searas como nunca tinha visto no seu país natal, a abundância de água, que chamavam a atenção de Francisco da Cruz Maia, contraterrâneo do anterior. Só as cerejas eram mais “miúdas e fracas” e mais caras, não se comparando com as de Portugal (27).

É óbvio que nem todos eram tão eufóricos. Alguém, fustigado pelo peso da saudade, assinalava o seu apego ao torrão natal nestes termos: “Com respeito ás terras estrangeiras, os poucos logares que tenho corrido, sou obrigado a dizer-lhe que não ha terras como o nosso Portugal, tão lindas, e podemos erguer bem alto a voz de que

(24) *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa, Portugália Editora, 1969, pp. 149-151.

(25) *A Comarca de Arganil*, n.º846, 21 de Junho de 1917, p. 3.

(26) *A Voz da Justiça*, n.º 1525, 13 de Julho de 1917, p. 3.

(27) *Idem*, n.º 1532, 7 de Agosto de 1917, p.3.

Portugal é um jardim delicioso” (28).

Também a superioridade e a diversidade das tecnologias agrícolas utilizadas mereciam particular destaque nas correspondências. Por um lado, causava alguma estranheza o recurso aos cavalos, “pos-santes”, “anafados”, de garupa larga, “pachorrentos e disformes”, como animais de tracção de arados e charruas (29). “Conviria que estes soldados, na sua quasi totalidade filhos de lavradores, abrissem os olhos para estes campos cultivados onde de momentos a momentos se estão abrindo clareiras pela metralha dos canhões”, recomendava um l.º sargento do regimento de Artilharia 2 (30).

Era este o mesmo indivíduo que anotava também o facto de máquinas pequenas tiradas por um possante cavalo substituírem com vantagem o braço do homem, bem como a circunstância de qualquer “modesto” lavrador ter em sua casa uma “colécção completa” dessas máquinas, que lhe permitiam repousar à sombra, durante as horas em que o calor apertava. Interessante é a descrição que faz da “engraçadíssima” operação de debulha dos cereais: uma simples cavalgada era suficiente para tal efeito, sendo o animal colocado em cima de um “aparelho” constituído por uma cadeia de tábuas articuladas deslizando sobre dois cilindros, de tal forma que era obrigado, para se segurar, a executar um movimento como se estivesse em marcha. O resultado era “espantoso”: de um lado saía o grão já limpo, do outro a palha em paveias C³¹)-

Também a prática religiosa dos franceses chamou a atenção dos nossos soldados. A análise das cartas segundo as zonas de proveniência dos seus autores parece demonstrar que a sensibilidade perante esta questão aumentava do litoral para o interior.

Um deles, natural do concelho da Pampilhosa da Serra, que tinha

(28) *Idem*, n.º 1510, 22 de Maio de 1917, p. 3.

(29) *idem*, n.º 1521, 29 de Junho de 1917, p. 2.

(30) *Idem*, n.º 1519, 22 de Junho de 1917, p. 1.

(31) *Idem*, n.º 1487, 2 de Março de 1917, p. 1.

ficado extasiado ao visitar uma igreja da região (“a não ser o convento de Mafra, nunca vi um edifício assim”), escrevia das trincheiras o seguinte: “Dou a minha palavra de honra que a França é muito mais religiosa que Portugal (...)” (32). Opinião semelhante exprimia um 2.º sargento de Infantaria 23, oriundo do concelho de Arganil, ao manifestar o seu espanto perante a “fôrma como a religião em França está chegando ao seu auge”, facto tanto mais inesperado quanto se tratava de “uma nação civilizada”, da França “livre” e “democrática” (33).

Convirá notar que as tropas portuguesas actuaram numa região em que a crença católica estava bastante enraizada, a avaliar pelas suas manifestações exteriores. A Flandres francesa era, globalmente falando, bastante cumpridora dos preceitos canónicos. O facto era ainda mais notório nos “cantons” onde os portugueses se instalaram: Aire-sur-Lys, Merville e Lavantie. Na circunscrição desta última cidade, conhecida como a “Braga do C. E. P.” (34), cerca de 93 % das pessoas haviam cumprido a desobriga pascal no período de 1890-1896; em Estaires foram atingidos valores de cerca de 90%, em 1910 (35).

Claro que nem tudo era idílico neste choque de culturas e de mentalidades. Os franceses, de um modo geral, conheciam bastante mal os seus aliados vindos da ponta SO. do continente. Confessava o alferes António Pires de Carvalho Junior, em carta dirigida a seu correligionário Femandes Martins (Pai), a grande tristeza que sentia por “tanta ignorancia” a respeito das razões da participação portuguesa na guerra, bem como da história nacional, não sabendo

(32) *A Comarca de Arganil*, n.º 846, 21 de Junho de 1917, p. 3.

(33) *Idem*, n.º 84, 28 de Junho de 1917, p. 2.

(34) Avelino Simões de Figueiredo, *A Cruz na Guerra (Uma missão difícil). Roteiro e impressões*, Lisboa, Edição do autor, 1960, pp. 262 e 282-283.

(35) *Matériaux pour l'histoire religieuse du peuple français. XIX.º-XX.º siècles*, publicados com a colaboração de Pierre Barraï, Fernand Boulard e outros, vol. U, Paris, FNSP/ EHESS / CNRS, 1987, pp. 322 e 336.

“quem nós somos, quanto fizemos e o que queremos ser” (36). Também havia quem se insurgisse de forma veemente contra a “ridícula mentira” noticiada pelo jornal parisiense *Le Matin*, segundo a qual o soldado português pouco mais sabia fazer além de caçar lobos e javalis (37).

A população francesa que veio receber os soldados portugueses à sua chegada a Brest ter-se-á sentido estupefacta perante a constatação de que, apesar da sua tez bronzeada, eles não eram negros: “Julgavam-nos uma colónia inglesa de pretos ! !”, afirma o capelão militar Avelino Simões de Figueiredo (38). Também houve quem os confundisse com canadianos, russos e indianos.

Talvez não fosse de estranhar esta falta de conhecimentos acerca do nosso país, que nem sequer era apanágio do “ignorante povo francês”, pois mesmo os oficiais do Exército e pessoas com um certo grau de cultura tinham ideias muito pouco concretas acerca do assunto. Era o caso de um professor primário a quem o tenente Pina de Moraes se refere. Essa ideia muito vaga dever-se-ia, entre outras razões, ao facto de o livro oficial de História e Geografia consagrar apenas seis linhas a Portugal (39).

Irmãos de Armas

É com razoável frequência que os soldados portugueses falam dos seus camaradas franceses e britânicos, em especial acerca dos últimos, com quem a convivência foi mais íntima e intensa. Em cerca de 14 % das cartas há indicações, por vezes preciosas, a

(36) *Resistencia*, n.º 143, 11 de Agosto de 1917, p. 2.

(37) *Gazeta de Coimbra*, n.º 626, 4 de Agosto de 1917, p. 2.

(38) *Obra citada*, pp. 46-47.

(39) João Pina de Moraes, *Ao Parapeito*, Porto, Renascença Editora, 2ª edição, 1919, p. 17. Acerca da tradicional e sistemática ignorância, indiferença ou desprezo da França em relação a Portugal veja-se Daniel-Henri Pageaux, *Imagens de Portugal na cultura francesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

respeito dos *Tommies* (designação popular dos soldados de Sua Majestade). Curiosamente, é bastante homogénea a ocorrência desse tipo de informação: 17,0 % no caso dos oficiais, 17,4 % no dos cabos e soldados, 17,2 % no dos militares de patente não identificada. Muito menos loquazes são os sargentos, com apenas 5,3 %.

Os militares portugueses mobilizados para a frente da Flandres, qualquer que seja a sua graduação, são quase unânimes nas suas apreciações acerca dos seus congéneres aliados. Mostravam-se particularmente “encantados” com a maneira como tinham sido acolhidos e tratados: “Os camaradas ingleses receberam-nos muito bem e apreciam-nos devidamente”, escrevia um capitão ⁽⁴⁰⁾; um 2.º cabo de artilharia realçava o facto de os britânicos presentear os portugueses com tabaco e de os cumprimentarem a todos ⁽⁴¹⁾; por sua vez, um soldado de Buarcos exteriorizava a sua satisfação e dos seus compatriotas pelo facto de as companhias aliadas terem oferecido a direita às unidades portuguesas que tinham ido pela primeira vez às trincheiras, em sinal de cortesia ⁽⁴²⁾.

Outra coisa que envaidecia o espírito patriótico dos portugueses (em especial dos oficiais) era o bom conceito em que eram tidos junto das tropas aliadas os nossos artilheiros, considerados como os “melhores... de todo o mundo”, devido à sua certa pontaria ⁽⁴³⁾, bem como as unidades de engenharia, responsáveis por complexos e minuciosos trabalhos de entrenchamento⁴⁴). Motivo de orgulho foi também o facto de “uma pequena legião de portugueses”, soldados de um “pequenino e pobre país”, ter merecido uma visita de Jorge V, chefe do maior império do mundo, conforme relatava

⁽⁴⁰⁾ *Resistencia*, n.º 116, 3 de Maio de 1917, p. 1.

⁽⁴¹⁾ *A Voz da Justiça*, n.º 1491, 16 de Março de 1917, p. 1.

⁽⁴²⁾ *Idem*, n.º 1509, 18 de Maio de 1917, p. 3.

⁽⁴³⁾ *Resistencia*, n.º 103, 10 de Março de 1917, p. 2.

C*4) *A Voz da Justiça*, n.º 1529, 27 de Julho de 1917, p. 3.

a um seu afilhado o capitão Luís José da Mota, de Coimbra ⁽⁴⁵⁾.

Seria de esperar uma certa falta de à vontade por parte de soldados na sua maioria de origem rural e em boa parte pouco familiarizados com a cultura escrita. Contudo, apenas chegados a território francês, os portugueses rapidamente se sincronizaram com os hábitos de uma sociedade muito diferente da sua e com os dos seus companheiros de armas. “Não te posso explicar como eles se entendem, mas o que é verdade é que se entendem bem”, escrevia um oficial ⁽⁴⁶⁾.

O segredo da comunicação era afinal fácil: utilizava-se a língua do *pas compris*, que André Brun descreveu com magistral ironia ⁽⁴⁷⁾. Tratava-se de um código linguístico inventado pelos ingleses para uso exclusivo em tempo de guerra, composto por cerca de uma dúzia e meia de palavras, tendo como vocábulos fundamentais *compris, pas compris, bonne, no bonne, finish e tout*. Com esta chave conseguiam os militares lusitanos resolver as mais variadas e complexas situações em que se viam envolvidos.

Valha a verdade que os “serranos” (alcunha dada aos combatentes do nosso país), com a sua natural capacidade de adaptação, conseguiram enriquecer substancialmente tão parco léxico. O cura de uma aldeia francesa reconhecia que os soldados portugueses eram “muito inteligentes”: “Estão aqui há pouco tempo, já compreendem algumas frases francesas, bem ou mal, fazem-se entender. Os ingleses estão aqui há dois anos e só sabem dizer *compris* ?!” ⁽⁴⁸⁾.

Nos momentos de folga, portugueses e aliados entabulavam formas de relacionamento bastante cordiais, especialmente quando se tratava de diversão. ‘Temos cá uma pandega com os nossos

⁽⁴⁵⁾ *Gazeta de Coimbra*, n.º 634, 1 de Setembro de 1917, p. 1.

⁽⁴⁶⁾ *A Voz da Justiça*, n.º 1501, 20 de Abril de 1917, p. 2.

⁽⁴⁷⁾ *A malta das trincheiras. Migalhas da Grande Guerra, 1917-1918*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, s/data, pp. 67-71.

⁽⁴⁸⁾ Avelino Simões de Figueiredo, *obra citada*, p. 174.

camaradas francezes e inglezes e todos os dias é uma risota”, afirmava um soldado do regimento de Infantaria 28 ⁽⁴⁹⁾. Nas cantinas britânicas tinham os soldados portugueses oportunidade de assistir a exibições de teatro e de cinematógrafo, não faltando quem se dedicasse a jogar uma partida de bilhar.

Também se divertiam imenso a presenciar uma “folia”, ou seja, um espectáculo de música cujo instrumental era constituído por caixa, bombo e pífaro, que alguém considerava como “egual ao Zé P’reira das nossas terras” ⁽⁵⁰⁾. Tratava-se certamente de um *tattoo*, a avaliar por uma outra descrição, mais completa, deste cerimonial. Com efeito, à tarde, à hora do render da guarda, desfilava uma banda constituída por gaitas de foles, tambores e bombos. Parava diante do quartel, formando em círculo. As gaitas de foles entoavam uma melopeia, enquanto os homens dos bombos e dos tambores agitavam as baquetas no ar, ao mesmo tempo que o mestre agitava o seu bastão de “forma enigmática”, perante os oficiais, graves e compenetrados, como se assistissem a um ritual religioso ⁽⁵¹⁾.

Os tempos de folga eram ainda a ocasião propícia para a comemoração de certas datas do calendário. Assim, em 1918, o dia de S. João foi conjuntamente celebrado por militares portugueses e britânicos, tendo assistido muito povo francês a essa “grande festa” em honra do popular santo ⁽⁵²⁾.

Uma vez ou outra, as cartas anotam certos traços mentais dos aliados. “O inglez [designação genérica dada aos soldados da Comunidade Britânica; a maior parte dos que contactaram com as tropas portuguesas eram canadianos e escoceses] á primeira vista, parece demasiado altivo, mas tratado é confiante, amavel e jovial. Qualquer coisa o entretem, tudo o faz rir, um pouco infantis [*sic*],

⁽⁴⁹⁾ *Ecos de Cantanhede*, n.º 160, 20 de Maio de 1917, p. 2.

⁽⁵⁰⁾ *A Comarca de Arganil*, n.º 862, 11 de Outubro de 1917, p.1.

⁽⁵¹⁾ *A Voz da Justiça*, n.º 1600, 14 de Junho de 1918, p.1.

⁽⁵²⁾ *A Comarca de Arganil*, n.º 903, 1 de Agosto de 1918, p. 1.

como gente sã que é”. Assim os caracterizava um “ilustrado e inteligente” oficial do C.E.P., em carta dirigida a um dos jomáis da Figueira da Foz⁽⁵³⁾.

Gente “sã”, raça “equilibrada, leal, proba”, são os termos em que aos ingleses se refere X., com toda a probabilidade um oficial (talvez o citado na nota anterior), tendo em conta o estilo e a extensão da carta. Eram também pessoas muito pragmáticas, nada viradas para a especulação: pouco se interessavam por arte, literatura e “metafísicas complicadas”, mas estavam sempre abertos a discutir sobre questões concretas, como cavalos, máquinas ou carvão de coque⁽⁵⁴⁾.

Compartilhando uma intensa intimidade com eles, os expedicionários portugueses, tanto oficiais como praças, preferiam a convivência com os escoceses, uma “raça enérgica”, mas “afavel”, do tipo “*bon enfant*”, e especialistas na carga à baioneta. Acrescenta o mesmo indivíduo que, ao princípio, os soldados idos de Portugal olhavam com pasmo e desconfiança esses “homens de saias”, a quem ironicamente foi dada a designação de “demoiselles de tranchées”⁽⁵⁵⁾, mas passado pouco tempo não queriam outros companheiros para a conversa e para a “*rapioca*”.

Como se viu em relação aos escoceses, os preconceitos faziam sentir-se em diversas circunstâncias. Um indivíduo desta cidade, tendo sido destacado do seu regimento para frequentar uma escola telegráfica inglesa, lamentava-se amargamente de ter de abandonar tantos e tão bons amigos, para se deslocar para longe, para junto de

⁽⁵³⁾ *A Voz da Justiça*, n.º 1521, 29 de Junho de 1917, p. 2.

⁽⁵⁴⁾ *Idem*, n.º 1600, 14 de Junho de 1918, p.l.

⁽⁵⁵⁾ *Idem, ibidem*. Cf. também Henrique Pires Monteiro, “As tropas portuguesas em França”, in *Portugal na Grande Guerra. Subsídios para a história da Participação de Portugal na Guerra de 1914-18*, direcção do General Ferreira Martins, Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1934, vol. 1,3.ª parte, cap. XIV, pp. 218-219; e Afonso do Paço, *Cartas às madrinhas de guerra*, 2.ª edição, Viana do Castelo, Junta de Freguesia do Outeiro 1993, pp. 17-18.

gente que até no idioma lhe era estranha ⁽⁵⁶⁾. Numa outra carta, do dia imediato, confessa ter-se enganado nas previsões e emenda a mão, afirmando: “Excelentes camaradas são os ingleses! E eu a julgá-los pelo que aí ouvia dizer! A fleugma britânica, ora adeus! Apesar de toda a frialdade que do seu céu plumbeo cái, sangue quente e buliçoso como o nosso. Mais educados, isso é verdade. De resto, cantam, riem como nós”⁽⁵⁷⁾.

Quanto ao militar gaulês, o oficial citado na nota 54, na mesma ocasião, define-o do seguinte modo: “O soldado fiancez detesta a retórica política e jornalística e embirra que lhe falem em louros, em heroísmo, em epopeia, etc., porque lhe parece que afrontar a morte é simples, como o dever de cada dia”.

Um dos aspectos que mais impressionou o militar ido de Portugal foi o da boa “orientação” dos ingleses no domínio da alimentação, fardamento e outros serviços de apoio. O sargento-artífice Lourenço Mendes de Almeida realçava o “primoroso” serviço de abastecimentos (“belamente montado”, com “tudo em abundância e bom, como tudo o que é inglês”) e a pontualidade e correção dos britânicos ⁽⁵⁸⁾.

Em certos casos, este relacionamento comportava algumas subserviência da parte portuguesa, a termos em consideração o testemunho de alguém que, depois de reiterar o facto de serem os nossos soldados “admiravelmente” tratados pelos ingleses, acrescentava, com uma boa dose de ingenuidade: “São dignos de que se mostre sempre bom agrado, o que nós sempre fazemos” ⁽⁵⁹⁾.

E claro que, à medida que se subia na hierarquia, o sentimento de dependência face aos “velhos aliados” vinha, por vezes, ao de cima, como se deduz da seguinte passagem da missiva de um oficial

⁽⁵⁶⁾ *Gazeta de Coimbra*, n.º 640, 22 de Setembro de 1917, p. 2.

⁽⁵⁷⁾ *Idem, ibidem*.

⁽⁵⁸⁾ *Resistenda*, n.º 102, 3 de Março de 1917, p. 2.

⁽⁵⁹⁾ *A Voz da Justiça*, n.º 1527, 20 de Julho de 1917, p. 3.

de Infantaria 28, aquartelado na Figueira da Foz: “(...) repugna-me a ideia de estar subordinado, obediente e escravo da vontade dos ingleses. Nós aqui somos somente portugueses e somente á nossa Patria fazemos o sacrificio da nossa vida (...) ! Vivemos lado a lado dos ingleses, hombro a hombro com todos os que aqui combatem a Alemanha inimiga; somos todos amigos e todos nos damos bem na consumação do mesmo fim, mas cada um conserva a autonomia do seu Patriotismo!” E, para desagravo do brio nacional ferido, defende que, uma vez terminada a guerra, sejam os corpos dos portugueses falecidos retirados dos cemitérios militares ingleses e levados para o “seio” da Pátria ⁽⁶⁰⁾.

Que nem sempre a convivência seria isenta de equívocos, nem tão absolutamente cordial como o demonstram a generalidade dos testemunhos, parece depreender-se de uma passagem da correspondência de um oficial de Coimbra, quando se insurge contra os “falsos boatos” propalados por companheiros seus, entretanto regressados a Portugal, segundo os quais os ingleses quase nos tratariam “a chicote”, enquanto os franceses nos odiariam ⁽⁶¹⁾.

Boatos ou não, o facto é que o capelão militar Avelino Simões de Figueiredo, de visita ao hospital militar de Hazebrouck, diz ter presenciado a situação penosa de centenas de soldados portugueses, doentes, tristes e saudosos, alguns deles vítimas da incúria e dos maus tratos do pessoal de saúde do outro lado da Mancha: “Vi frequentemente os maqueiros e enfermeiros ingleses pegarem numa maca onde estava deitado um soldado português, levantarem-na, pegando-lhe pelas extremidades, dando-lhe um balanço para atirar o corpo ao ar, e retirarem a maca a tempo de o corpo, ao cair, já não aencontrar. (...) Aquele processo era mais rápido, mas menos humanitário” ⁽⁶²⁾.

(6°) *Idem*, n.º 1528, 24 de Julho de 1917, p. 1.

(61) *Resistencia*, n.º 143, 11 de Agosto de 1917, p. 3.

(62) *Obra citada*, p. 70.

Amor em tempo de guerra

A mulher (esposa, namorada, irmã, madrinha de guerra) desempenhou um papel importante no coração e nos sentimentos dos soldados, ocupando uma posição privilegiada no seu pensamento quotidiano (63).

Por motivos que têm a ver com os objectivos deste trabalho, apenas serão aqui focados os aspectos que se prendem com o relacionamento entre as tropas e o sexo feminino francês. Com efeito, um dos capítulos mais fascinantes da passagem das tropas portuguesas pela Flandres tem a ver com os comportamentos amorosos. Até no cativeiro o amor esteve presente, como o demonstra o facto de o tenente-coronel Alexandre Malheiro ter composto expressamente uma peça em três actos, com o título de *O Amor na Base do C.E.P.* (editada pela Renascença Portuguesa, Porto, 1919), que foi representada pelos oficiais portugueses detidos no campo de Breesen in Mecklenburg, em 27 de Outubro de 1918.

De acordo com a amostragem utilizada, 11,3 % dos militares falavam da mulher francesa nas suas correspondências, sendo os cabos e soldados os mais insistentes (15,9 %), contra 12,2 % do conjunto dos oficiais e 5,3 % dos sargentos, nesta como em outras matérias muito mais discretos. Esta desproporção, bem como o próprio teor qualitativo das referências ao assunto, deve-se, em grande medida, ao factor idade. Os soldados eram substancialmente mais jovens do que os oficiais, uma vez que estes se encontravam na casa dos 30 e 40 anos (com excepção dos milicianos, cuja idade rondava a dos soldados), enquanto aqueles tinham entre 22 e 26 anos. Acrescia a isto o facto de serem quase todos solteiros, circunstância que também ajuda a compreender a maneira mais desinibida como punham a nu as suas emoções.

(63) Jacques Meyer, *La vie quotidienne des soldats pendant la Grande Guerre*, Paris, Hachette, 1991, pp. 208-210.

É obviamente muito difícil avaliar sentimentos desta natureza. Não menos difícil era certamente exprimi-los, sabendo cada um de antemão que as suas cartas poderiam ser lidas por outras pessoas além dos destinatários, a começar pelos censores.

Os oficiais muito raramente falam de si próprios e empregam quase sempre a terceira pessoa quando analisam o assunto. Assinala um o facto de os “diabos” dos soldados, ainda mal chegados, já namorarem as raparigas, utilizando para isso um sistema apoiado na mímica í⁶⁴); refere outro que “as louras francesas são *gentils* com os portugueses” (65); descreve outro a calorosa recepção que mulheres e raparigas tributavam aos “ “, os quais, por sua vez, lhes dirigiam “olhares temos e amaviosos galanteios em fiancez macarrónico” (66).

Poucos conseguiam resistir à “voz maviosa” das francesas, que lhes ofereciam café, à sua passagem pelas estações ferroviárias, sempre “com um sorriso nos lábios” (67). Enfim, os “*lapins*”, designação por que os “serranos” eram conhecidos em terras flamengas, iam inspirando uma “enorme quantidade de paixões” (68). Alguns levavam longe o seu arrebatamento amoroso. O soldado *Lisboa*, referido por Pina de Moraes, abandonou as linhas para ir namorar uma belga que residia numa povoação situada a cerca de 50 quilómetros (e a quatro horas de caminho) da frente, o que lhe valeu 20 dias de prisão. Mesmo assim não desistiu da ideia de casar com ela, chegando a pedir ao citado oficial que fosse seu padrinho (69).

Alguns oficiais, mesmo os mais activos praticantes do *flirt*,

O⁵⁴) *Gazeta de Coimbra*, n.º 581, 24 de Fevereiro de 1917, p. 1.

(65) *Resistencia*, n.º 123, 29 de Maio de 1917, p. 2.

í⁶⁶) *A Voz da Justiça*, n.º 1521, 29 de Junho de 1917, p. 2.

(67) *Idem*, n.º 1497, 6 de Abril de 1917, p. 1.

(68) *A Comarca de Arganil*, n.º 842, 24 de Maio de 1917, p. 1 (citação de uma carta publicada em *A Capital*).

(69) *Obra citada*, p. 79.

tinham, quanto aos atributos estéticos da mulher francesa, uma visão muito relativista. O comum delas seria de “uma beleza mais ou menos discutível” (70). Não era certamente essa a opinião de um major, que deixou para a posteridade a sua homenagem a M.^{Uc} Ida Esther Eckkoutte, mais conhecida pela alcunha de , tirada de uma célebre bailarina da época. Mulher “bonita”, de corpo “ondulante” e olhos azuis “sonhadores”, *Gaby* passava por ser a “mais interessante pequena das redondezas de Laventie”, requestada não só pela oficialidade, mas também por sargentos e músicos regimentais (71). Também não seria esse o caso de Yvonne, rapariga de “luminosos cabelos”, de um “loiro cendrado, discreto e translucido”, e de olhos claros, que fez os encantos de João Cabral, personagem da obra de José Brandão (72).

As cartas dos soldados (e dos cabos, em princípio originários de meios sociais semelhantes) exprimem uma muito maior sinceridade e a sua ingénua redacção constitui um excelente meio para o conhecimento da mentalidade popular portuguesa.

Existe entre eles uma notável concordância acerca dos dotes físicos e psicológicos das francesas. “Meigas”, “amáveis”, “bonitas”, “lindas (como rosas)”, são os qualificativos que mais vezes surgem nas cartas. “Que bonitas francezas que ha! E gostam tanto dos portuguesesL. O peor é não as entendermos, mas a poder de tempo tudo se aprende”, dizia o 1.º cabo de Infantaria 28 Lino Augusto Nossa, natural de Alhadas, concelho da Figueira da Foz (73). Efectivamente, aprenderam. E tão depressa que, à falta de conhecimentos linguísticos, se serviram de outras formas de expressão. Por algum motivo, a fazermos fé em André Brun, as

(70) Ver nota 68.

(71) Mário Afonso de Carvalho, *O Bom Humor no C.E.P. (França, 1917-1918)*, 2.ª edição, Lisboa, 1945, pp. 142-147.

(72) *Marte e Vénus. Novela da Grande Guerra*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1934.

(73) *A Voz da Justiça*, n.º 1495, 30 de Março de 1917, p. 2.

primeiras palavras do nosso idioma que as flamengas aprenderam a pronunciar foram: “Esteja quieto” (74).

Joaquim Certo, de Buarcos, escrevendo em Maio de 1917, numa altura em que os combates eram pouco intensos, afirmava entusiasmado: ‘Tudo nos acaricia, a saude, o dinheiro e as belas francezas. (...) Constantemente nos aparecem francezas com os seus presentes, tabaco, pão, conservas, petisquinhos maravilhosos, e nós vamos devorando tudo enquanto elas conversam com a gente, e nós sem perceber patavina, vamos-lhe dando com o *iésse mademoiselle*, do que elas se fartam de rir por vêr que nós não percebemos nada e lhe respondemos sempre com o mesmo *iésse*. Ah! mas as francezas são tão amaveis, que dá vontade de não morrer na guerra e ficar por aqui conquistando estas belas loiras apaixonadas. Até dá vontade de esquecer as nossas noivas portuguesas para voltar o juizo para estas belas (75).

Outros testemunhos permitem aquilatar do calor da afabilidade do sexo feminino francês, comparativamente com o que se passava no nosso país, a ponto de confundir os sentimentos dos nossos soldados. Um deles, também natural de Buarcos, depois de mencionar a “falta de mimos que ha em Portugal”, concluía: “O mais bello de França, é o bem com que nos tratam as damas francezas” (76).

Alguns destes militares julgavam-se uma espécie de cavaleiros andantes, cuja missão era salvar a honra ofendida das suas donzelas. Talvez por isso, um 2.º cabo de Infantaria 28, descreve da seguinte forma a sua chegada a terras de França: “As senhoras francezas perguntavam se eramos canadianos (...) e agente [sic] respondia-lhes que não, que eramos portugueses; pelo que elas nos davam muitos vivas; e quando o comboio partia, então atiravam-nos

(74) *Obra citada*, p. 47.

(75) *A Voz da Justiça*, n.º 1516, 12 de Junho de 1917, p. 3.

(76) *Idem*, n.º 1501, 20 de Abril de 1917, p. 3.

muitos beijos. Imagino que faziam isso por saberem que as vimos defender” (77).

Uma boa parte deste relacionamento travava-se nos *estaminets*. Deixar as trincheiras e fazer uma visita às “pequenas dos botequins” era a quinta-essência do gozo destes modestos militares, na sua maioria de origem rural. O botequim era uma instituição indispensável (e por isso o seu número aumentava à medida que a frente de batalha ficava mais próxima), espaço de convivência e local próprio para tomar uma bebida (normalmente cerveja de qualidade medíocre e de baixa graduação) na companhia de camaradas, amigos ou conterrâneos (78). Nesta mútua convivência, as francesas foram-se familiarizando com as danças e os cantares portugueses, saracoteando-se ao som do harmónio que entoava o vira, o regadinho e outras músicas, ou trauteando o fado da Severa (79). Por estes motivos se compreende que os capelães militares procurassem combater a “frequência dispendiosa e desmoralizadora dos *estaminets*”, empenhando-se na criação de Casas do Soldado, onde este pudesse passar os seus tempos de ócio (80).

O Inimigo

As relações com o adversário são um outro tema a explorar. Claro que em razão da própria lógica da guerra e pelo motivo de o contacto entre as duas forças raramente ser directo, o material de informação utilizado nem sempre apresenta os detalhes que se desejariam. As referências à parte contrária são bastante frequentes na fonte documental utilizada: 30,2 % das cartas contêm informação mais ou menos abundante sobre esta matéria, com valores mais

(77) *Idem*, n.º 1491, 16 de Março de 1917, p. 1.

(78) Cf. André Brun, *obra citada*, pp. 45-48.

(79) *A Comarca de Arganil*, n.º 842, 24 de Maio de 1917, p. 1.

(80) Avelino Simões de Figueiredo, *obra citada*, p. 223.

elevados no caso dos indivíduos de posição desconhecida na hierarquia militar (44,8 %), dos oficiais (39,0 %) e dos cabos e soldados (33,9%), aparecendo os sargentos a razoável distância (12,5 %).

Antes de mais, uma constatação. Os soldados, à partida de Portugal, não estavam ainda familiarizados com a linguagem usada na frente de guerra. As primeiras imagens, meramente visuais, foram de soldados “alemães” prisioneiros, que trabalhavam ao longo das linhas e das estações de caminho de ferro. Chegados às áreas de acantonamento, desde logo alguns manifestavam a intenção de “dar uma valente carga aos malvados dos alemães” (81). “Fômos ao combate e derrotámos os alemães todos”, escrevia um soldado de Buarcos a seu pai, com alguma dose de fanfarronice (82).

A partir de Maio a designação " usada pelos franceses para se referirem ao vizinho e tradicional inimigo, impõe-se de uma forma decisiva. O sucesso do termo "*boche*" deveu-se à sua consonância com outros vocábulos com acentuado sentido depreciativo, como "*caboché*"(cabeça dura, teimoso), "*bidoche*" e "*moche*" (feio, mau, detestável) (83).

No conjunto documental de que me servi, as palavras mais vezes utilizadas (84) são “boches” (em 37 cartas), “inimigos”, termo bastante mais genérico (em oito), e “alemães” (em sete); com menos frequência surgem os termos “adversários” e “hordas” (duas vezes cada um). A palavra “boche” aparece quase sempre na forma substantiva, mas algumas vezes desempenha também as funções de adjetivo - “aviões boches”, “granadas boches”, “cadáveres boches”, etc..

(81) *A Voz da Justiça*, n.º 1495, 30 de Março de 1917, p. 2.

(82) *Idem*, n.º 1505, 4 de Maio de 1917, p. 3.

(83) Jacques Meyer, *obra citada*, pp. 266 e sgs..

(84) Segui o critério de contabilizar apenas uma única vez uma determinada palavra quando ela aparecia repetidamente na mesma carta.

A designação “hunos”, inventada pelos ingleses, só é usada uma vez, numa carta de um oficial de Infantaria 14 em que faz o elogio da sua unidade (85). O termo “cervejeiro”, com evidente conotação pejorativa, aparece referenciado em Pina de Morais, que também se serve de uma outra designação, sem dúvida mais neutra, até mesmo quase cordial: a de “Fritz” (86). Ocasionalmente, são empregadas formas perifrásticas, tais como “hostes germânicas”, “soldadesca do Kaiser”, “águia negra da Europa Central”, “mordomos contrários” (numa carta em que a guerra é comparada a uma festa de arraial).

Por outro lado, o inimigo é mimoseado com uma panóplia de qualificativos, tendentes a pôr a claro o que se considerava serem os seus atributos mais negativos. “Bárbaros” e “malditos” (com cinco ocorrências cada), “selvagens” (com quatro), “infames”, “traíçoeiros” e “feras” (com três), “malvados” e “miseráveis” (com duas), são os termos mais vezes mencionados nas cartas. Em contrapartida, palavras como “monstros”, “culpados”, “bandidos”, “incendiários”, “torturadores”, “cães”, “piratas”, “melros”, “hipócritas”, “fanfarrões”, “cobardes”, “fracos” (na acepção do termo anterior), “traidores”, “patifes”, “teimosos”, “brutais”, “tirânicos”, ou frases como “feras sequiosas de sangue”, “inimigos da civilização e humanidade”, aparecem uma única vez.

De quando em quando, são mais explícitos quanto aos sentimentos que nutrem em relação aos adversários. Alguns exprimem o seu “ódio” para com um inimigo quase sempre invisível ou só nebulosamente perceptível à distância; outros o seu “desprezo” ou a sua “raiva danada e de loucura”; outros, como o oficial de Artilharia Torres Garcia, ex-professor do Liceu de Coimbra, manifestam o seu “germanofobismo” (87).

(85) *Resistencia*, n.º 138, 24 de Julho de 1917, p. 1.

(86) *Obra citada*, pp. 64 e 124. Também André Brun a utiliza com alguma frequência.

(87) *Resistencia*, n.º 162, 25 de Outubro de 1917, p. 1.

As raízes desse ódio são simples: os alemães são responsáveis pelo horror e pela destruição que semearam à sua passagem; são também culpados pela “escravidão” a que submeteram as populações das terras que ocuparam. Invadiram um país, destruíram as suas casas, arrasaram as suas igrejas, atentaram contra a honra das suas mulheres, violaram o sossego dos seus mortos ⁽⁸⁸⁾.

De forma análoga pensa o alferes miliciano de Infantaria 21 Alberto Higino da Ponte e Sousa (que mais tarde seria condecorado com a medalha de mérito militar, devido a ter sido ferido na cabeça por estilhaços de granada), ao manifestar a sua convicção de que a hecatombe “em breves dias ha de terminar com o aniquilamento perfeito da aguia negra dos bem negros imperios centraes, fazendo-lhe extinguir os impetos de fera excécional e arremessando-lhe em seguida a lama das suas ossadas para bem longe da periferia do nosso planeta enlutado, que geme horrorisado por haver abrigado em seu seio esse ente duma ferocidade unica e que pensou por um momento poder encarcerar a alma humana” ⁽⁸⁹⁾.

Desde logo se congeminam (da parte dos sargentos, cabos e soldados, únicos em cujas correspondências aparecem expressões tão frias de sentimentos deste tipo) acções contra os “”, afirm de vingar o sangue derramado dos “irmãos” mortos ou feridos. Há quem pretenda organizar uma “caçada” contra eles ⁽⁹⁰⁾; há quem jure “não poupar um só” ⁽⁹¹⁾; há quem se julgue capaz de os “estripar á baioneta” ⁽⁹²⁾; há quem prometa deitar a terra “quantos

⁽⁸⁸⁾ *A Comarca de Ar gañil*, n.º 842,24 de Maio de 1917, p. 1. Ver também, na *Gazeta de Coimbra* (n.º 622, 21 de Julho de 1917, pp. 1-2), uma carta cujo autor relata as “inúmeras” cenas de “repugnante barbarie” perpetradas pela “soldadesca” alemã que, num “assomo de delirio”, não poupou sequer as catedrais góticas “de grimpas rendilhadas e vitraes esplendidos”.

⁽⁸⁹⁾ *Ecos de Cantanhede*, n.º 158, 6 de Maio de 1917, p. 2.

⁽⁹⁰⁾ *A Voz da Justiça*, n.º 1512, 29 de Maio de 1917, p. 3.

⁽⁹¹⁾ *Resistencia*, n.º 116, 3 de Maio de 1917, p. 2.

⁽⁹²⁾ *Idem*, n.º 140,1 de Agosto de 1917, p.1.

vir” (93). há quem se proponha “destruí-los por completo” (94).

Contra os “horrores da guerra que os malditos fizeram desencadear sobre a civilização, esses homens-féras, que saindo das selvas da escravidão kaiseriana, se tomaram mais barbaros que os selvagens das tribus de Judá”, se insurgia o soldado Isaac Ferreira Alho, natural de Quiaios. Este mesmo, invocando a sua condição de descendente dos “aguerridos” soldados de Aljubarrota e de Campo de Ourique, sentia-se tentado a dar aos inimigos o mesmo tratamento que fora dado ao traidor Miguel de Vasconcelos: “cravar-lhes os olhos, escarrar-lhes na cara, moer-lhes os ossos e a carne, e no fim chamar os cães para os devorar!” (95).

Em certas ocasiões são usadas, com evidente ironia, expressões no género de “amigos boches (ou alemães)” ou “primos boches”, as quais denotam já, em certa medida, uma menor hostilidade em relação ao combatente do outro lado.

Se algumas das expressões anteriormente referidas pretendem denunciar a pusilanimidade do adversário, também acontece reconhecer-se o seu valor e a sua combatividade. Alguém destacava o facto de se estar a lutar contra um exército “muito experimentado”, enquanto um seu companheiro de armas referia a entrada em cena de “tropas frescas” (bávaras e saxónias) e “reputadas como as mais aguerridas” (96).

Um capelão militar vai mais longe. Se bem que esteja na “expectativa benévola do provável triunfo dos aliados”, pensa que os alemães, conquanto cansados da guerra, “não estão ainda tão exaustos e dizimados como certas alminhas ingenuas afirmam há muito tempo”, e admite a sua superioridade em termos de material de guerra e de subsistências, não acreditando que estivessem a

(93) *A Comarca de Arganil*, n.º 846, 21 de Junho de 1917, p. 3.

(*) *A Voz da Justiça*, n.º 1525, 13 de Julho de 1917, p. 3.

(95) *idem*, n.º 1521, 29 de Junho de 1917, p. 3.

(96) *Gazeta de Coimbra*, n.º 640, 22 de Setembro de 1917, p. 2.

morrer à fome, como afirmava a propaganda aliada (97).

No combate de trincheira para trincheira, ou na esporádica luta corpo a corpo, quando as patrulhas saíam para fazer prisioneiros, a dignidade pessoal do inimigo pouco ou nada importava. Já em outras ocasiões havia lugar para a piedade e para a compaixão. Assim acontecia quando os “pobres homens”, os “desgraçados boches” apareciam pendurados nas redes de arame farpado (caídos “como tordos”), ou sucumbiam nas mais diversas e trágicas posições (98**).

Esta dualidade de sentimentos aparece magistralmente expressa na obra de alguns oficiais, mesmo entre os mais convictos defensores da participação portuguesa no conflito. É o caso do seguinte testemunho de Augusto Casimiro ("):

“Saimos às 11 da noite, fomos até perto de uma partida de trabalhadores inimigos...

E ouvi o *boche* cantar.

Voz humana, fraterna, doutra vida...

Um grande arrepio de emoção passou, cobriu-me...

Quando regressámos, fiz fogo sôbre êles.

Tive remorsos...”

Um militar ligado aos serviços de saúde confia ao seu correspondente (10º) ter-se levantado duas vezes durante a noite anterior, uma delas para pensar o braço de um “boche” varado por uma bala. Tratava-se de um indivíduo “novíssimo”, de estatura miúda, muito magro, de olhos encovados, cabelo ruço e mal vestido. Como trazia fome, foi-lhe dado de comer e “alguns cigarritos para o rapaz se animar”. Fosse ou não verdadeiro este retrato (coloco esta

(97) *A Comarca de Arganil*, n.º 905, 15 de Agosto de 1918, p. 1.

(98) *Ecos de Cantanhede*, n.º 237, 10 de Novembro de 1917, p. 3.

(") *Nas trincheiras da Flandres*, Porto, Renascença Portuguesa, 4.ª edição, 1919, p. 72.

(10º) *Gazeta de Coimbra*, n.º 630, 18 de Agosto de 1917, p. 1.

reserva porque é sabido que ambos os lados procuraram explorar, para efeitos de propaganda, o estado de suposta ou real privação física e de desmoralização do adversário) ⁽¹⁰¹⁾, o que interessa é o facto de os portugueses passarem por ser muito tolerantes para com os prisioneiros que caíam nas suas mãos, conforme se depreende do testemunho do referido enfermeiro: “Bebeu também cerveja, e depois de todo este bom trato já se sorria e dizia algumas palavras que eu não entendi. Seguiu o destino que lhe era devido, e eu fiquei contente por reconhecer mais uma vez que os portugueses possuem sentimentos humanitários que poucas raças sabem igualar” ⁽¹⁰²⁾.

Este procedimento contrastaria com o dos ingleses, “cruéis e deshumanos”, acusando-os o dito capelão de violarem com frequência as convenções internacionais sobre essa matéria, ao dizimarem os prisioneiros alemães em seu poder ⁽¹⁰³⁾.

Ajustes de contas terá havido também entre portugueses e alemães, nomeadamente por causa do episódio dos pelicos de carneiro vestidos pelos soldados de um dos batalhões portugueses. Tão estranha indumentária provocou a risota dos alemães (que injuriavam os de cá, berrando “Mé-é-é”), gerou um ambiente de grande hostilidade entre as duas partes, a ponto de naquela unidade nunca mais se fazerem prisioneiros - “era tudo passado a fio de lâmina, e o boche pagava ao batalhão *Mé* na mesma moeda” ⁽¹⁰⁴⁾.

Um aspecto curioso das relações entre soldados antagonistas tem a ver com certas regras de cortesia que continuavam, apesar de tudo, a ser respeitadas. As tropas do regimento de Infantaria 29, na

⁽¹⁰¹⁾ O padre Avelino de Figueiredo, que não consegue disfarçar a sua germanofilia, afirma trazerem os prisioneiros alemães “roupas brancas, muito boas, cigarros caros e bons charutos” (*obra citada*, p. 276).

⁽¹⁰²⁾ Além da fonte mencionada na nota 100, ver também o autor referido na nota anterior, *obra citada*, pp. 246 e 276.

⁽¹⁰³⁾ Avelino Simões de Figueiredo, *obra citada*, pp. 276 e 289.

⁽¹⁰⁴⁾ Pina de Morais, *obra citada*, pp. 135-136. Sobre este incidente, com o seu quê de hilariante, ver também André Brun, *obra citada*, pp. 60-61.

última noite passada nas primeiras linhas, acenderam fogueiras, sendo imitadas pelas alemãs. Antes de retirarem, os soldados dessa unidade subiram às trincheiras, despediram-se dos seus opositores, que retribuíram o gesto ⁽¹⁰⁵⁾. Pina de Morais, menciona num capítulo das suas memórias ⁽¹⁰⁶⁾, sugestivamente intitulado “Balada da neve”, um tocante “diálogo” entre militares de ambos os lados que haviam subido aos parapeitos alvos das trincheiras:

“Um soldado do sul faz um sinal alargando os braços para o *boche*, como quem diz: - que neve!

E o prussiano estende a dextra como se respondesse - é verdade !”

Chegou a estar prevista a suspensão das hostilidades durante a noite e o dia de Natal de 1917.0 pacto foi quebrado por iniciativa dos ingleses, que terão pressionado os seus aliados a fazer o mesmo. A inopinada ordem de fogo interrompeu a ceia da consoada, cujos preparativos os combatentes portugueses ultimavam e, pior do que isso, motivou forte reacção das tropas germânicas, que procederam a furioso bombardeio, acompanhado de lançamento de gases, durante a noite de S. Silvestre e a madrugada do dia de Ano Novo ⁽¹⁰⁷⁾.

Conclusão

Os militares portugueses mobilizados para combater na Flandres passaram por uma série de experiências novas e, para muitos, inolvidáveis. A guerra obrigou-os a reeducar os sentidos e a

(¹⁰⁵) Avelino Simões de Figueiredo, *obra citada*, p. 287.

(¹⁰⁶) *obra citada*, pp. 125-131.

(¹⁰⁷) Joaquim Ribeiro, *obra citada*, pp. 120-121; José Brandão, *obra citada*, p. 19; Avelino Simões de Figueiredo, *obra citada*, pp. 288-289.

Já na quadra de Natal do ano de 1914 se tinha verificado um fenómeno espontâneo de suspensão das hostilidades entre as tropas francesas e as alemãs, subitamente interrompido pelos regimentos bávaros no dia de Ano Novo de 1915. Veja-se o artigo de Alain Barluet, “Les fraternisations de Noël”, in *14-18: Mourir pour la patrie (...)*, pp. 170-180, no qual o autor defende que, ao contrário de três anos antes, a tentativa de confraternização de 1917 foi utilizada pelos alemães como arma de guerra psicológica.

expressar sentimentos até aí pouco desenvolvidos ou simplesmente reprimidos: a saudade, o amor, a fraternidade, o ódio, o medo, a esperança, a indiferença.

A necessidade de comunicação com familiares e outros correspondentes da retaguarda levou-os a desenvolver o gosto pela escrita. Embora uma parte substancial dos soldados fosse analfabeta (questão que conviria apurar em termos quantitativos), aqueles que se aventuravam a grafar as suas impressões pessoais faziam-no com evidente gosto e até com alguma imaginação, tendo em conta as condições precárias em que se encontravam.

Confesso que me causou admiração uma tão razoável qualidade da maior parte das missivas, mesmo as dos soldados rasos. Isso deve-se certamente ao facto de a área coberta por esta pesquisa, em particular os concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz, dispor de níveis de alfabetização masculina razoavelmente elevados em relação à média nacional. Com efeito, as cartas não se limitam a aspectos banais ou meramente circunstanciais. Nota-se a presença de uma atitude narrativa bem vincada, resultante de uma muito apurada atenção prestada aos pormenores, em especial no que se refere às pessoas e às coisas que rodeavam os soldados.

A súbita entrada num mundo muito diferente do seu explica o permanente encantamento e o ingénuo espanto dos “serranos”. A Flandres, pouco acolhedora do ponto de vista climático, revelar-se-ia, à medida que o tempo foi correndo, uma inesgotável fonte de surpresas, boas e más. Para além das afirmações mais ou menos retóricas acerca da França, pode afirmar-se que a impressão geral acerca do país foi bastante positiva.

A convivência do soldado português com a mulher francesa pautou-se por uma grande intensidade e por uma evidente carga de sensualidade. Divertiram-se e choraram juntos; conversaram, namoraram, trocaram juras, fizeram projectos para o futuro. Alguns deixaram rebentos; outros (poucos) constituíram família e por lá ficaram; na maior parte dos casos, tudo não passou de amores

fugazes e contingentes em terra alheia.

O relacionamento com os militares aliados foi geralmente cordato, sem que a barreira linguística tivesse perturbado a propensão quase inata para a convivência entre pessoas oriundas de nações e de universos culturais muito diferentes. O exemplo da empatia entre portugueses e escoceses é bem a prova disso.

Quanto aos adversários, o contacto foi quase sempre à distância e ritmado pelas flutuações globais da conjuntura bélica: da pacífica confraternização às manifestações de ódio mais visceral, dos tímidos acenos de compreensão à intolerância mais primária, a tudo se assistiu nas lamacentas trincheiras da Flandres.

Bem se pode dizer que a vida quotidiana dos soldados nesses dramáticos anos de sangrento conflito foi regida pela acção conjugada de Marte e de Vénus.

Rui CASCÃO